

A MENINA E AS HISTÓRIAS DE ENSINAR: EXPERIÊNCIAS E SABERES DE UMA PROFESSORA LEIGA DO INTERIOR CEARENSE.

**Enoque Rodrigo Silva Alcantara¹, Brena Elen Lopes Ferreira²,
Maria Irlaneide B. De Oliveira Lima³, Maryland Bessa Pereira Maia⁴**

¹Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, rodrigo.alcantara@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, brena.elen@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, maria.irlaneide@aluno.uece.br

⁴Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Iguatu, Ceará, Brasil, mary.bessa@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa o processo histórico da educação brasileira, enfatizando como a desigualdade estrutural do ensino contribui para o surgimento dos professores leigos. A partir de uma abordagem qualitativa, descritiva e reflexiva, fundamentada em Gil (2008), investigou-se de que modo a educação popular desde o período colonial até a república, esteve marcada por exclusões e limitações, o que delegou a um segundo plano o acesso a escolarização da população pobre. Nesse contexto, a pesquisa destaca que a carência de profissionais habilitados levou pessoas com baixa escolarização a ocuparem o magistério primário, desempenhando um papel fundamental na escolarização de muitas crianças, principalmente do campo. Ademais, os dados foram construídos por meio de uma entrevista com uma professora leiga que atuou entre 1965 e 1995, cuja identidade foi preservada conforme normas éticas. Suas falas mostram um percurso marcado de desafios, como a pouca formação, salas multisseriadas, mas também evidenciam compromisso, vocação e impacto social significativo. A análise indica que, apesar das críticas à ausência de formação, esses profissionais foram essenciais para garantir o acesso à educação em comunidades marginalizadas. Assim, o estudo mostra a relevância histórica dos professores leigos e suas contribuições para o processo de escolarização da classe popular brasileira.

Palavras-Chave: Professora leiga; Narrativas de formação; História da educação.



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado por “A MENINA E AS HISTÓRIAS DE ENSINAR: EXPERIÊNCIAS E SABERES DE UMA PROFESSORA LEIGA DO INTERIOR CEARENSE.” buscou compreender como surgiu essa figura de professores leigos e suas contribuições para a educação. O interesse surgiu por ouvir histórias contadas pelos mais velhos, principalmente, nossos pais, pois eles comentavam que suas professoras não tinham uma formação adequada em comparação aos professores dos dias atuais. Dessa forma, essa pesquisa justifica-se pela importância de apontar que o trabalho desses professores leigos foi fundamental para escolarização de muitas crianças pobres, principalmente, da zona rural nas últimas décadas do século XX.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira, na primeira seção buscamos situar como aconteceu a educação popular Brasileira ao longo dos séculos. Iniciando no período colonial, que foi marcada pela Companhia de Jesus, em seguida, como aconteceu no período imperialista e também no período republicano. Cujas finalidades, é traçar uma linha que norteou a compreensão do surgimento dos professores leigos.

Para fomentar uma reflexão acerca desse processo, foi realizada uma entrevista com uma professora leiga, que atuou aproximadamente entre os anos de 1965 a 1995. Esses dados foram importantes para construção da seção dos resultados e discussões que se empenhou em mostrar através das falas da entrevistada, sua carreira de formação e atuação. A fim de compreender a realidade e as dificuldades enfrentadas pela mesma.

Nessa perspectiva, iniciaremos compreendendo de uma forma sucinta como se deu o processo de educação aqui no Brasil, apontando marcos importantes que nos ajudam a entender de que maneira ela se estruturou, suas mudanças ao longo dos anos e quem tinha acesso a essa educação, além da presença das/os professoras/es leigos/as no movimento da educação brasileira.

Por fim, esse trabalho tem como objetivo geral, evidenciar que o surgimento dos professores leigos é fruto de uma educação desigual, uma vez que o acesso para classe popular sempre esteve delegado a um segundo plano.

2. DOCÊNCIA LEIGA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E CEARENSE.

A Brasil colônia iniciou-se em 1500 com a chegada dos portugueses, esse período também é conhecido por “Civilização ocidental e cristã” (SAVIANI, 2008, p. 25). Haja vista que a religião dos



que aportaram era o cristianismo. Assim, em tentativas de colonizar essa terra, o imperador Dom João III, envia em 1549 a companhia de Jesus, dando início ao período em que começou a se pensar a educação Brasileira.

A companhia tinha como principal objetivo catequizar os povos originários e cuidar da educação dos brancos que nasciam ou desembarcavam. Dessa forma, os jesuítas dominaram o quadro educacional com suas escolas, colégios e seminários. Assim foi por anos, décadas e séculos.

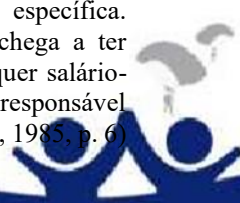
Em 1759 com as tensões entre a ordem e a coroa, resultou na expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, movimento que ficou conhecido como Revolução Pombalina. Contudo, essa reforma foi um marco negativo para o quadro educacional brasileiro. Haja vista que os jesuítas dominaram a esfera educacional, e com sua expulsão houveram algumas consequências. Por exemplo, um vazio escolar, já que não tinha recursos e nem mestres para substituir a companhia de Jesus. Tal situação estendeu-se por anos, alçando o período Imperial. (Azanha, 1993).

Já a educação no período Imperial foi marcada por forte desigualdade e ausência de um sistema organizado de ensino. De acordo com Azanha (1993) a reforma do Ato constitucional de 1834, descentraliza a educação, à Corte fica responsável por proporcionar o ensino médio e superior e o ensino primário ficou sob a responsabilidade das províncias, que tinham poucos recursos e pouca estrutura, o que resultou em baixíssima escolarização.

De acordo com Silva e Santos (2019), embora existissem algumas leis destinadas à instrução pública durante o período imperial, a educação permaneceu limitada. As iniciativas voltadas à ampliação do acesso escolar não se concretizaram de forma efetiva, e o sistema continuou atendendo diretamente a elite, deixando grande parte da população sem oportunidades de escolarização. Desse modo, apesar das tentativas de organização do ensino, a estrutura educacional manteve-se excludente e desigual.

Durante o período republicano, a imposição da obrigatoriedade do ensino primário foi estabelecida pela Reforma Francisco Campos, a qual expandiu a rede escolar; entretanto, essa circunstância gerou uma demanda excessiva por contratações de docentes. Essa situação resultou na seleção de docentes sem formação específica, os chamados professores leigos. Souza (1985, p. 06) em sua obra A questão do professor leigo, elucida a identidade desse personagem na trajetória da educação brasileira.

“Mas, quem é o professor leigo? Nem mais, nem menos, do que aquele docente que leciona no ensino de 1º grau, sem ser portador de habilitação específica. Frequentemente não dispõe de 2º grau completo e, por vezes, não chega a ter completado o próprio 1º grau. Mal pago (quase sempre não recebe sequer salário-mínimo) e inteiramente desinstrumentado para o trabalho, acaba sendo responsável por resultados inteiramente negativos no seu mister de educar.” (SOUZA, 1985, p. 6)



Corroborando essa ideia, Oliveira e Pessoa (2020) compreendem por um profissional que atua na docência sem a habilitação necessária, muitas vezes, possui apenas a educação básica e conhecimentos adquiridos na prática do dia a dia, por meio de vivências e das demandas do cotidiano.

O professor leigo usava sua experiência para conduzir as aulas, que por muitas vezes funcionavam em suas próprias casas ou nas casas dos alunos. Essa situação expressa uma questão importante, em pesquisa sobre o assunto Onesti (1985), explica que os professores leigos geralmente eram destinados às periferias das cidades e as zonas rurais, ou seja, esses profissionais eram usados para suprir a formação de uma camada da população que necessitava adquirir um mínimo grau de alfabetização.

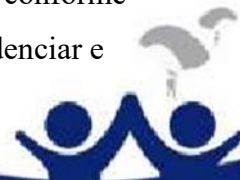
Ainda, Oliveira e Pessoa (2020) apresentam duas percepções acerca do professor leigo: de um lado, a crítica pela ausência de formação específica para a docência; de outro, o reconhecimento de sua importância, uma vez que foram esses profissionais que possibilitaram o acesso à escolarização para inúmeras crianças. Nessa perspectiva, torna-se necessário destacar que, mesmo sem uma formação integral, esses docentes assumiram turmas em contextos nos quais o Estado não garantia a presença de professores habilitados.

A presença do professor leigo, que ao longo do desenvolvimento do processo educativo passou a integrar as estruturas da educação no Brasil, não contribuiu para o processo de conscientização educacional da população em geral; esta, por sua vez, manteve-se seletiva, restrita e incapaz de atender às demandas sociais e econômicas brasileiras do século XIX. Durante o período republicano, surgiu uma nova abordagem educacional, especialmente a partir da década de 1920, com a divulgação do manifesto, o qual, além de atuar como um guia para novos caminhos, expunha a realidade da educação no Brasil. A partir desse movimento iniciou-se a reflexão acerca da educação como um desafio nacional, desvinculando-a da natureza meramente individual (Azanha, 1993).

É perceptível que a figura do professor leigo nasce não pela consciência de educar uma população, mas pela necessidade de ofertar educação para a escassa mão de obra qualificada. Assim, esses profissionais ocuparam estes espaços, desempenhando um trabalho de escolarização, principalmente, nos campos. (Campo, 2018).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e reflexiva, conforme orienta Gil (2008). A escolha metodológica se justifica pela intenção de compartilhar, evidenciar e



refletir sobre as práticas de uma professora leiga atuante nos anos de 1965 a 1995. A abordagem qualitativa permitiu investigar percepções, significados e experiências relacionadas à prática docente. Enquanto o caráter reflexivo foi adotado para possibilitar uma análise crítica sobre a prática docente da participante, articulando suas falas com as seções anteriores.

Os dados para construção dos resultados e discussões consistiu na realização de uma entrevista semiestruturada com uma professora leiga, cuja identidade foi preservada, seguindo as normas éticas estabelecidas pelos documentos institucionais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pela legislação brasileira de ética em pesquisa, as diretrizes da Resolução CNS nº 510/2016.

A entrevista foi realizada em um único encontro, em data e horário previamente acordados com a participante. Para o momento da coleta foram utilizados um roteiro de perguntas e um aparelho celular, que serviu exclusivamente para registrar em áudio as respostas da professora entrevistada, garantindo que todas as informações sejam fielmente transcritas posteriormente. Todo o procedimento foi conduzido de forma ética, preservando a integridade, o conforto e a autonomia da participante.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico trabalharemos com as falas da professora, alinhando com pensamentos situados nas seções anteriores, com finalidade de fomentar reflexões e apontar as percepções vivenciadas pela educadora.

4.1. A “MENINA” QUE SE FEZ PROFESSORA: NARRATIVAS DE UMA FORMAÇÃO.

A pesquisa teve como principal instrumento uma entrevista semiestruturada realizada com uma professora leiga, que atuou na rede pública municipal de Várzea Alegre entre a década de 1965 a 1995. A mesma afirmou que trabalhou por 30 anos no Ensino Fundamental I, sem ter nenhuma formação superior, apenas com um baixo grau de escolaridade e cursos práticos e preparatórios de curta duração e atualmente tem 83 anos e é aposentada por tempo trabalhado. A seguir, os principais resultados são apresentados e discutidos partindo das respostas da entrevistada.

No que tange o contexto inicial de sua formação, foi questionado “Como e quando surgiu o interesse em ser professora?” Segundo a entrevistada,

“-Eu era menina, e quem ensinava era uma tia minha, irmã de mamãe. Ai estudando na carta de ABC naquela época, eu já sabia ler. Ai, quando chegava na escola minha



“... eu estava bem doente, pedia pra eu passar a lição, como era naquela época. (ENTREVISTADA, 2025)”.

A mesma ainda diz,

“- Meu pai tinha muita intimidade com os mais velhos naquela época, finado Josué Diniz. Ai papai, conversando, disse que eu tinha muita vontade de ser professora. Ai ele foi e ajeitou. Alguns dias depois, fui chamada, fiz cursos e passei a ser professora, graças a Deus. (ENTREVISTADA, 2025)”.

Essas falas servem para evidenciar como se encontrava o quadro educacional naquela época, principalmente como tudo estava estreitamente ligado a questões políticas. Haja vista que, em nenhum momento, foi citado pela entrevistada que haviam processos seletivos para que os professores atuassem em sala de aula. Quando relacionado com a realidade atual, teremos outra perspectiva, bastante divergente, pois as políticas de seleção avançaram. De acordo com a Constituição Federal de (1988), especificamente no artigo 37, inciso II, está postulado que é obrigatório a realização de processo seletivo para exercício do cargo de professor na rede pública de ensino.

Na perspectiva de formação, foi perguntado “Qual foi o grau de escolaridade que a senhora tinha antes de começar a atuar” De acordo com ela,

“- Eu estudei até a quarta série, ainda entrei na quinta. Um tempo depois, continuei estudando os cursinhos para ser professora. Naquela época, quem tinha um grau mais baixo, à vista o meu, ensinava as matérias, e eu também ensinava. Eu tinha vocação, tinha inteligência, tinha memória. (ENTREVISTADA, 2025)”.

Foi questionado, “Como funcionavam esses cursinhos para ser professora, a que a senhora se refere?”:

“- Naquela época tinha uns cursinhos, que fazíamos para ser professoras. E esses cursinhos tinha vez que eu passava 5 dias, teve uma vez que eu passei foi 15 dias em Várzea Alegre, e sempre tinha muitos professores, não me lembro muito, mas era umas matérias mais avançadas e quando voltava eu me sentia mais preparada. (ENTREVISTADA, 2025)”.

Nesse viés, as respostas nos remetem a definição de professor leigo, que foi citado na seção anterior por Oliveira e Pessoa (2020) compreendida como profissionais que atuam na educação sem um nível de escolarização adequado. Logo, a entrevistada afirma que tinha apenas até a quarta série do fundamental I e atuava como docente. Posto isto, é importante destacar que esse quadro educacional funcionou até a publicação da LDB de 1996, segundo a qual: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. [...] (BRASIL, 1996,



art. 62). Assim, tornando-se obrigatório a formação de nível médio para atuar na educação infantil e anos iniciais e formação superior para atuar na no fundamental II e ensino médio.

Seguindo por esse caminho, importa destacar o perfil dos alunos. Assim perguntamos, “Tinha poucos ou muitos alunos? Como era a composição da turma? (Havia mistura de idades? Crianças, adultos e idosos?)”:

“- Fazia uma filhona, chegou uma época de 40 e tantos alunos, eu não ensinava só as criancinhas, eram uns grandinhos já, mas tinham uns mais novos e outros mais grandes e mais velhos. (ENTREVISTADA, 2025).”

Levando em consideração essa diversidade de idade e a baixa escolarização, foi questionado “A senhora tinha dificuldades em trabalhar conteúdo para alunos tão diversos?” Ela respondeu,

“- Não, naquela época que eu ensinava, o que ensinava eles faziam, passava a lição, passava uma leitura, eles faziam e eu achava correto. (ENTREVISTADA, 2025).

Estas falas são bem exemplificadas em algumas cenas na longa-metragem nordestina, intitulada “Raízes do sertão”. Onde é possível compreender essas condições enfrentadas por esses professores e pela população. No que tange esse contexto, essa realidade é percebida, quando é retratada a imagem do espaço educacional. Por exemplo, as aulas acontecem em um quarto improvisado, já que não se tinha uma estrutura específica naquela região, os materiais didáticos utilizados pela professora, mostra a falta de recursos, o conteúdo repetitivo trabalhado pela profissional, é motivo de reclamação dos alunos. Destaca-se também a diversidade de idade entre os alunos, podendo ser notório crianças, adultos e idosos.

Tais problemas servem para evidenciar a precariedade, baixa qualidade de ensino e outras dificuldades enfrentadas pelos docentes naquela época. Todavia, faz-se importante destacar que apesar das dificuldades, não desistiram de ensinar.

Por fim, foi perguntado “Olhando para trás, como avalia sua trajetória como professora?” Ela respondeu,

“- De uma forma positiva, muito boa. Lembro e fico feliz e sinto saudade daquela época quando eu ensinava. Foi uma vida cansativa, mas nunca disse, vou deixar de ir. Sempre fui, e sou grata a Deus. (ENTREVISTADA, 2025)”.

Assim, podemos concluir que por mais que houvesse dificuldades, como a falta de uma formação adequada, salas multisseriadas, e outras que não foi citada aqui, a fala da professora entrevistada mostra a felicidade em ter participado desse processo de escolarização de muitas crianças.



Reitero, Oliveira e Pessoa (2020), trazem duas visões acerca desses profissionais, uma que critica a baixa formação e outra que destaca a sua importância. Contudo, é importante enfatizar que foram esses profissionais, com pouca escolarização, que permitiram que muitas crianças da classe popular tivessem acesso à escolarização. Assim, faz-se necessário e importante reconhecer seu trabalho como um instrumento que foi fundamental na vida de muitas pessoas que a própria sociedade coloca à margem em razão da desigualdade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a educação brasileira foi historicamente marcada pela desigualdade, o que contribuiu diretamente para o surgimento dos professores leigos, sobretudo no meio rural. A exclusão das classes populares do acesso à escolarização e a ausência de políticas públicas eficazes resultaram na ocupação do magistério por pessoas sem formação adequada, mas que assumiram a docência diante da necessidade de escolarizar a população.

A entrevista com a professora leiga revelou um contexto de ensino precário, caracterizado por salas multisseriadas, diversidade etária dos alunos e ausência de formação formal. Apesar dessas limitações, sua atuação foi fundamental para garantir o acesso à educação básica a muitas crianças, demonstrando que esses profissionais desempenharam papel central no processo de escolarização em regiões negligenciadas pelo Estado.

Nesta perspectiva, a análise das narrativas da professora entrevistada permite compreender que, para além das limitações estruturais e formativas, havia um conjunto de saberes construídos na prática, marcados pela experiência, pela convivência com a comunidade e pelo compromisso com o ensino. Esses saberes, muitas vezes desconsiderados pelas perspectivas mais tecnicistas da formação docente, revelam a existência de uma pedagogia do cotidiano, na qual o ensinar e o aprender se constituíam nas relações e nas necessidades concretas dos sujeitos envolvidos. Assim, torna-se fundamental ampliar o olhar sobre a docência, reconhecendo que a formação profissional também se constrói na prática e na experiência histórica dos educadores.

Além disso, a história da educação brasileira não pode ser compreendida sem o reconhecimento do trabalho dos professores leigos. Embora a legislação atual exija formação superior, é necessário valorizar a contribuição histórica desses educadores, que possibilitaram o acesso à educação em contextos de exclusão. O estudo reforça a necessidade de refletir sobre as desigualdades educacionais persistentes e sobre a educação como um direito social ainda em disputa.



Por fim, este estudo também aponta para a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à educação, mas também condições dignas de ensino e valorização docente, especialmente em contextos rurais e periféricos. Ao revisitar a trajetória dos professores leigos, evidencia-se que muitos dos desafios enfrentados no passado ainda persistem, ainda que sob novas configurações. Desse modo, refletir sobre essas experiências contribui para pensar caminhos mais equitativos para a educação brasileira, reafirmando o compromisso com uma escola pública de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZANHA, J. M. P. Política e Planos de Educação no Brasil: alguns pon-tos para reflexão. Cad. Pesq., São Paulo, nº 85, p. 70-78, maio. 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAMPOS, Hermano Moura. **Da roça à cartilha:** trajetórias profissionais de professoras leigas rurais de Lavras da Mangabeira (1972-1992). Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza 2018.

CESÁRIO DE OLIVEIRA, Francicleide; PESSOA SAMPAIO, Maria Lúcia. A docência alfabetizadora leiga no Brasil: do contexto histórico-legal aos aspectos conceituais, políticos e práticos. **Devir Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e-550, 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Silvana Fernandes. **A educação escolar na Primeira República:** a perspectiva de Lima Barreto. Navegando pela História da Educação brasileira. Campinas: Graf. FE, 2006.

RAÍZES DO SERTÃO. Direção: Roberto Roger. Brasil: RS Filmes, 2011. Documentário. Disponível em: <https://youtu.be/AyyG0rPYBoE>. Acesso em: 25 dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Alessandra Pires da; SANTOS, Claitonei de Siqueira. História da educação no Brasil: tentativas de estruturação e organização escolar no período imperial. Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate, v. 5, n. 1, p. 39–53, jan.–dez. 2019.

SILVA, Antonia Milene; COSTA, Maria Antônia Teixeira. A escola primária no contexto da primeira república: apontamentos teóricos. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 7, 2017.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. A questão do professor leigo. São Paulo: CENAFOR, 1985

UECE – **Universidade Estadual do Ceará. Resolução nº 2087/2025 – CONSU, de 24 de outubro de 2025.** Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UECE. Fortaleza: UECE, 2025.

